



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1001442-47.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Execução de Título Extrajudicial - Duplicata**
 Exequente: **Manetoni Distribuidora de Produtos Siderúrgicos Importação e Exportação Ltda**
 Executado: **JULISTEEL COMERCIO DE FERRO E AÇO LTDA e outros**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

MANETONI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS SIDERÚRGICOS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA intentou o presente incidente de desconconsideração da personalidade jurídica em face de **JULISTEEL COMÉRCIO DE FERRO E AÇO LTDA**, visando o alcance patrimonial de seus sócios **Ana Souto Rodrigues e Hugo Roberto Rodrigues**. Aduziu que já foram feitas inúmeras tentativas na busca de bens penhoráveis, infrutíferas. Alegou ainda que a empresa executada encerrou suas atividades, apesar de constar como ativa nos órgãos competentes.

A decisão de fl. 192 determinou a juntada de planilha atualizada do débito e, posteriormente, a decisão de fl. 197, a juntada de ficha cadastral da empresa, bem como cópia do último ato societário.

Documentos juntados às fls. 196 e 201/216.

Deferiu-se o processamento do incidente de desconconsideração da personalidade jurídica em face destes (fl. 217).

Citada (fl. 301) a requerida se manteve inerte. O requerido foi citado por edital (fl. 365) e adveio manifestação de fl. 382, da Defensoria Pública do Estado, atuando como curadora especial.

É o breve relatório.

Decido.

Trata-se de incidente de desconconsideração da personalidade jurídica visando o alcance dos bens dos sócios da executada, diante da constatação de encerramento das atividades da empresa, sem a quitação dos débitos junto aos credores, considerando-se ainda que, mesmo após inúmeras tentativas, não foram encontrados bens penhoráveis.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

De início friso que diversas foram as tentativas de citação pessoal do réu Hugo, por carta e através de oficial de justiça, assim como foram realizadas inúmeras pesquisas, esgotando-se todos os meios na tentativa de localização. Assim a citação por edital foi devidamente engendrada neste feito, sendo que sequer veio aos autos impugnação quanto a isso.

Pois bem. A desconsideração da personalidade jurídica se trata de procedimento excepcional, aplicado apenas quando esgotados os meios para a satisfação do crédito, se constata o abuso da personalidade jurídica ou fraude à execução.

O art. 50, do CC dispõe que:

Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, pode o juiz decidir, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.

Cabe à parte exequente, a demonstração de uma das situações ensejadoras da desconsideração, o que se deu no caso em concreto.

A empresa encerrou suas atividades sem proceder com as devidas baixas junto aos órgãos responsáveis, o que não se pode admitir. O encerramento irregular da empresa somada à inadimplência e a ausência de indicação de bens aptos à saldarem integralmente o débito, e ainda considerando a tentativa frustrada na localização de bens, são indícios mais do que suficientes a caracterizar o abuso da personalidade jurídica.

Neste sentido a jurisprudência deste E. Tribunal de Justiça:

INDENIZAÇÃO EXECUÇÃO DE SENTENÇA - DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA INDÍCIOS DE ENCERRAMENTO IRREGULAR DAS ATIVIDADES- TENTATIVA FRUSTRADA DE BUSCA DE BENS À PENHORA NÃO INDICAÇÃO DE BENS PELA DEVEDORA A não localização da devedora no último endereço indicado pela ficha cadastral da JUCESP demonstra indício de encerramento irregular da pessoa jurídica. A tentativa de bloqueio 'on line' frustrada e a ausência de bens à penhora caracterizam a inadimplência das obrigações contraídas Responde pela dívida o patrimônio dos sócios Agravo provido. (TJSP. AI 1203382320118260000. Órgão Julgador 35ª Câmara de Direito Privado. Publicação 19/10/2011. Julgamento 17 de Outubro de 2011. Relator José Malerbi)

E ainda,

AGRAVO DE INSTRUMENTO – DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA – ÉGIDE DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR – ENCERRAMENTO IRREGULAR – REQUISITOS



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

PREENCHIDOS - O abuso de direito ou a má-fé do sócio da executada, os elementos probatórios são suficientes para reconhecer que a personalidade jurídica serve de obstáculo ao ressarcimento reconhecido nos autos da ação principal - As pessoas jurídicas e a sócia, ora agravadas não negam o encerramento irregular das empresas rés, apenas afirmam que este se deu antes da propositura da ação; - O ato ilícito (não pagamento dos títulos vendidos) foi em 1989 e 1990, quando, ao que indica, não estava dissolvida a empresa. Ademais, é de se ressaltar que sequer houve baixa das empresas rés nos órgãos oficiais, com indicação incontestada de encerramento das atividades. RECURSO PROVIDO. (TJ-SP 22188162220178260000 SP 2218816-22.2017.8.26.0000, Relator: Maria Lúcia Pizzotti, Data de Julgamento: 21/02/2018, 30ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 26/02/2018)

As relações comerciais devem se pautar pela boa- fé objetiva, sendo que o judiciário não pode ser conivente com a prática desleal da executada, que deixa de saldar suas dívidas e encerra suas atividades, dificultando sobremaneira a quitação do débito.

Ademais, a sócia Ana, devidamente citada, se manteve totalmente inerte e o sócio Hugo tampouco foi localizado para a citação, tendo que ser procedida a citação por edital, sendo que a contestação por curador especial, nada trouxe que pudesse obstar a procedência do pedido, sendo o que basta.

Por todo o exposto, demonstrado o abuso da personalidade jurídica, de rigor a desconsideração pleiteada.

Desta maneira, visando a garantia da satisfação do crédito exequendo, **DEFIRO A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA da empresa executada, com o alcance do patrimônio de Ana Souto Rodrigues e Hugo Roberto Rodrigues.**

Custas e despesas pelos executados.

Prossiga-se com a execução.

P.I.

São Carlos, 23 de abril de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**